

## IV

# Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social

Flávio José Souza Silva

### Introdução

*“Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.”  
Carlos Drummond de Andrade*

O capítulo que ora apresentamos é fruto dos nossos estudos, iniciados na graduação e aprofundados durante o mestrado, ambos em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Nossa intenção é de somar a um rico movimento de acúmulo teórico, político e ideocultural, de uma determinada área de produção de conhecimento<sup>1</sup>, que se expressa enquanto um movimento coletivo de uma profissão, que ao longo de mais de 80 anos de existência, vem galgando avanços significativos, construindo resistências e vivenciando retrocessos, como todo o movimento dialético, em um cenário consideravelmente adverso à organização coletiva dos trabalhadores, fruto da onda longa de crise do capitalismo (MANDEL, 1982).

A crise capitalista contemporânea, gestada na década de 1970 do século passado, tem afirmado o poder autodestrutivo do capitalismo, a qual é intensificada no contexto de pandemia da COVID-19 (SARS-COV-2). Repercutindo, assim, na reconfiguração das expressões da questão social<sup>2</sup>, relocando o seu caráter político, ideológico e cultural, numa atualização e numa dramaticidade inéditas em termos históricos.

Essa crise, gestada na economia, vem requerendo a reorganização do Estado burguês para socorrer o capitalismo, conservando a sua própria lógica, resultando no que Mandel (1982, p. 343) intitulou de “[...] crise financeira endêmica do Estado Capitalista Tardio”. Porém, essa crise transitou para o ambiente político, ampliando as suas expressões nas relações ideológicas, políticas, culturais, éticas e na produção de conhecimento, assumindo um caráter de uma crise orgânica<sup>3</sup> do capitalismo em sua fase tardia (GRAMSCI, 2015; MANDEL, 1982).

A atual fase do capitalismo monopolista, o capitalismo tardio, não é uma ruptura ou

---

<sup>1</sup> Segundo Mota (2013, p. 19) “[...] ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e da ação prático-operativa.”

<sup>2</sup> Para Iamamoto e Carvalho (2011), “[...] a questão social diz respeito às expressões do processo de formação, desenvolvimento da classe trabalhadora e da sua inserção no cenário político da sociedade, exigindo, assim, o seu reconhecimento enquanto classe social por parte do empresariado e do Estado”. Optaremos pela utilização do termo sem aspas, tendo em vista a nossa vinculação à teoria social crítica.

<sup>3</sup> “[...] O conceito de crise orgânica não é unicamente relacionado à duração de uma crise, mas também ao seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social (CASTELO, 2012, p. 106)”.

uma quebra com o passado desse sistema social, como afirmam as teorias que são orientadas pela máxima da “sociedade pós-industrial” (JAMESON, 1997). Mas sim, uma continuidade ao que precedeu esta atual fase, com novas configurações, mediações e expressões que exigem de nós, pesquisadores, comprometidos com a pesquisa crítica, o poder de abstração para captar esses fragmentos e os decifrá-los numa perspectiva de totalidade histórica.

Todavia, o capitalismo deve ser apreendido enquanto sendo um sistema econômico-social-político-cultural que não respeita barreiras nacionais. As suas objetivações carregaram consigo as marcas da formação sócio-histórica característica do processo de constituição de um determinado país, no caso do Brasil, os traços da formação sócio-histórica brasileira e as repercussões da crise orgânica do capitalismo tardio irão se constituir de forma desigual, mas combinada aos interesses do mercado internacional (MANDEL, 1982), onde o “[...] o arcaico alimenta o moderno, e este promove as formas de aproveitamento daquele” (OLIVEIRA, 2018, p. 73).

A financeirização da economia, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos postos e dos direitos da classe trabalhadora, como expressão da crise, atingem “[...] diretamente a subjetividade do trabalho, a sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação dos quais os sindicatos e os partidos são expressão” (ANTUNES, 1997, p. 148). Portanto, a crise externa à classe trabalhadora é uma ofensiva econômica, política, ética, cultural e que traz repercussões à produção de conhecimentos, expressando as tendências históricas da atual fase do capitalismo contemporâneo.

A partir deste cenário, há a necessidade de partimos do chão concreto, do movimento real da história, privilegiando esse movimento e nos sustentando por uma determinada concepção dos Fundamentos do Serviço Social, que orientaram a pesquisa que deu origem a este capítulo. Assim estamos buscando decifrar essa especialização do trabalho na sociedade, elucidando os processos sociais que geraram (e geram) e que afirmam (e reafirmam) a necessidade social desta profissão e, principalmente, o significado da crise, das suas ações no campo das relações sociais e da sua direção social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Dessa forma, partimos do entendimento que a profissão é um produto histórico, que tem sentido, significado e posicionamento político; inserida na dinâmica complexa das relações sociais, que construiu, através da sua interlocução qualificada com a tradição marxista, chaves teóricas que conseguem, por meio de três núcleos temáticos<sup>4</sup>, decifrar essa complexidade social. Mostrando, dessa forma, a atualidade das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social de 1996 (ABEPSS, 1996).

Partindo dessas reflexões iniciais, como mencionado, nossa proposta de pesquisa consistiu em apreender a categoria cultura e os reflexos à produção de conhecimento no capitalismo tardio, buscando externar as inflexões para o Serviço Social brasileiro em relação à direção social da profissão.

Direção social que, conforme Netto (1996), diz respeito ao complexo da cultura profissional, valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos, que fora elaborada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão, hoje, espraia-se pela profissão.

Para o referido autor, o fato de que numa profissão, tanto no plano ideal, quanto no

---

<sup>4</sup> Núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

plano prático, os sujeitos que nela intervêm, buscam imprimir uma determinada direção social, que atenda aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. A partir deste processo vão se afirmando valores, diretrizes profissionais que, ao conquistarem segmentos expressivos da profissão, passam a representar a sua “autoimagem”, adquirindo a condição de projeto profissional. Porém, é importante ressaltar que tais projetos somente poderão ser pensados em relação aos projetos societários em disputa, cujo eixo central conecta-se aos rumos da sociedade como um todo.

Partimos da premissa de que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória; é um movimento que se apresenta em diferentes facetas e em diversas particularidades. Contudo, a pesquisa “[...] deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento [...], o que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo” (IANNI, 2011, p. 395). Dessa forma, para não cairmos no equívoco de captar o todo dissecado como numa anatomia ou como uma fotografia que expressa o real, mas que não é o real propriamente dito, procuramos apreender essa dinâmica enquanto movimento vivo, contraditório e dialético. Possibilitando, a partir desse processo, a construção de uma reflexão, um conceito e uma definição, que consigam captar essa vivacidade e integridade deste real (IANNI, 2011).

Nossa argumentação, ao longo da presente exposição, consistiu na apreensão do desenvolvimento da sociedade enquanto um processo unitário. Sendo assim, não é possível discutirmos determinados aspectos da sociabilidade, sem considerar que estes repercutem e alcançam outras dimensões da vida social (LUKÁCS, 1920). Foi a partir da apreensão desta unitariedade que tentamos captar o nosso objeto de pesquisa, vinculando-o à processualidade histórica do desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

Este capítulo está estruturado em três momentos. O primeiro, iremos aprofundar o debate em torno da cultura e da produção de conhecimentos no capitalismo. No segundo momento, iremos identificar as inflexões deste contexto para o Serviço Social e o tensionamento à direção social. Por fim, apresentaremos as considerações e as referências utilizadas.

## 1. Cultura e produção de conhecimento no capitalismo

*“provisoriamente não cantaremos o amor.”  
Carlos Drummond de Andrade*

Nosso ponto de partida é que para “[...] qualquer abordagem moderna [que diz respeito a uma] teoria marxista da cultura, deve iniciar-se considerando a proposição de uma base determinante e de uma superestrutura determinada” (WILLIAMS, 2011, p. 43). Assim, estamos externando a nossa opção teórica, alicerçada na apreensão que compreende que o ser social tem a sua consciência elaborada a partir das condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 2009). Concepção essa que se opõe ao idealismo presente em diversas elaborações teóricas em torno da categoria cultura.

O vínculo entre a cultura e a materialidade da vida social é afirmado no que há de melhor na tradição de pensamento marxista (FREDERICO, 2016). Porém, o debate majoritário em relação a esta categoria, na produção de conhecimento na atualidade, a desvincula e a automatiza, tornando as expressões culturais como sendo autoexplicativas,

escondendo, dessa maneira, a constituição dessas expressões e os seus vínculos com a materialidade social.

Em um determinado momento histórico, a lógica cultural do capitalismo intensifica e reforça os pressupostos culturalistas que desvinculam a categoria cultura da materialidade da vida social. A produção de conhecimento, em torno dessa categoria, não parece desvelar essas problemáticas, tendo em vista que esses pressupostos estão preocupados em interpretar apenas as expressões da cultura e não a constituição dessas.

Por sua vez, a produção de conhecimentos são formas de apropriação do mundo real que estão “[...] em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Existindo, assim, diversas formas de apropriar-se desse real, como é o caso da arte, da religião, do senso comum, do conhecimento prático, dentre outras. Porém, qualquer forma de apropriação do mundo terá por base as relações sociais concretas dos homens em sociedade, sendo estas fundadas por específicos modos de produção que são datados sócio-historicamente. Contudo, somente o conhecimento teórico permite uma apropriação universal e mais completa sobre o real, já que este busca traduzir e se elevar do “[...] abstrato ao concreto [...] para apropriar [-se] do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p. 259).

Marx é o responsável por inaugurar uma nova forma de apreensão do real, completamente revolucionária e em sintonia com “[...] as revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII [...] consideradas [como] os principais marcos do pensamento moderno” (SIMIONATTO, 2009, p. 1). Na perspectiva marxiana, o conhecimento teórico é a apropriação do real através do primado da razão; a sua tradução pelo pensamento em sua forma concreta real e efetiva, deixando de lado as abstrações dos conceitos, mas procurando a construção da categoria por meio da razão ontológica. Assim sendo,

[...] a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p. 259).

A partir dessa perspectiva teórica, a realidade existe anterior ao pensamento sobre ela, sendo a matéria precedente do conceito, mas só pelo processo de produção de conhecimento teórico que o sujeito pode captar a reprodução ideal do movimento do objeto na realidade, nas suas mais variadas determinações. O objeto existe no real e não precisa do sujeito para existir, mas para que haja produção de conhecimento teórico sobre esse objeto é preciso que um sujeito, independentemente da sua vontade e desejo, consiga captar e traduzir, por meio do pensamento, essa vivacidade e dinamicidade da existência desse objeto na realidade concreta. Todavia, apropriar-se deste real, através do pensamento, é fundamentalmente um ato teórico.

Para Marx, segundo Tonet (2013), a produção de conhecimento é totalizante e qualquer objeto que o sujeito possa apreender ou criar é uma parte de um todo, sendo este composto pela soma de várias partes que o constituem/constroem, num conjunto de fatos que compõe a totalidade que é histórica e social. Há três elementos, nesta perspectiva, que compõem a sua potencialidade: o primeiro, seria o fundamento na teoria valor-trabalho, que

reconhece a centralidade da categoria trabalho como fonte de toda riqueza social; o segundo, o método crítico-histórico-dialético, sendo capaz de desvelar a realidade; e o terceiro, a perspectiva da revolução, já que o conhecimento, para essa matriz de conhecimento, é a possibilidade de instrumentalização da classe trabalhadora com vistas à superação da sociabilidade burguesa.

A passagem do estágio concorrencial para o estágio monopolista do capitalismo, como assinala Netto (2011), significou mudanças importantes em todos os patamares da vida social e que já foram, por vários estudiosos marxistas, muito bem analisadas. O que nos custa sintetizar é que a “[...] ordem monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p. 20). Caracterizando-se, desta forma, como “[...] um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 125), tendo como dois elementos típicos dessa fase de monopolização: a supercapitalização e o parasitismo.

Este estágio clássico do capitalismo monopolista tem como sua maior expressão os “30 anos gloriosos”, que é expresso nas políticas do *welfare state*, sendo parte estruturante, como já afirmara Mandel (1982), da ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular na fase do imperialismo, em decorrência da organização política da classe trabalhadora. Assim,

[...] ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência a ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma porcentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista (MANDEL, 1982, p. 338-339).

O pacto entre o trabalho e o capital, objetivado pelas políticas keynesianas do Estado burguês, sobre a organização do trabalho fordista, formaram um bloco histórico<sup>5</sup> hegemônico, aliando tanto a estrutura, quanto a superestrutura, alcançando consenso e consentimento, espalhando-se em todas as dimensões da vida social, construindo uma “[...] falsa crença [de uma] redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339).

A cultura e a produção de conhecimentos, neste momento histórico, reproduzia a base material destas relações de produção, constituindo-se enquanto possibilidade, mesmo que de forma tendencial e mínima, de crítica à lógica da mercadoria e na insistente tentativa de transcender, levando em consideração o movimento progressista iniciado pelo modernismo (JAMESON, 1997) e que permaneceu em sintonia ao momento histórico, tendo em vista a alta organização sindical dos trabalhadores e a sua eminente organização política. O modernismo, assim, “[...] se preocupava compulsivamente com o novo e tentava captar a sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e de impressão semelhantes à de uma foto de baixa velocidade histórica)” (JAMESON, 1997, p. 13).

A historicidade, a profundidade, a conexão com o momento atual e a possibilidade

---

<sup>5</sup> Para Gramsci (1968, p. 12), o conceito de bloco histórico é apreendido enquanto uma “unidade entre a natureza e o espírito, entre vida e política (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Ou seja, é a unidade entre estrutura econômica e superestrutura social.

da crítica ao cotidiano eram características marcantes da cultura e da produção de conhecimento daquele momento específico da sociedade capitalista, no período clássico do imperialismo monopolista. No entanto, como assevera Mandel (1982, p. 339), “[...] as ilusões quanto à possibilidade de ‘socialização através da redistribuição’ não passam, tipicamente, de estágio preliminar do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico” consiste na elaboração de programas e de uma economia que estabilize os níveis de lucro do capitalismo. Ou seja, a utilização do Estado para salvaguardar a necessidade primária do capitalismo: a taxa média de lucro.

Porém é notório que acontecimentos recentes tendem a sugerir o nascimento de um novo estágio do capitalismo monopolista, como é o caso da nova divisão internacional do trabalho; a nova dinâmica das transações bancárias e da bolsa de valores; e as novas formas de relacionamentos, computadores e de automação (caracterizado pela Terceira Revolução Tecnológica, a qual o próprio capitalismo monopolista é devedor). Expressando, portanto, consequências societárias que se objetivam pela crise do trabalho tradicional e a suposta crença de uma “nova cultura”, que emerge do falso entendimento que esse momento histórico é uma quebra com o passado do capitalismo, sugerido, assim, o nascimento de um momento “pós-industrial” (JAMESON, 1997).

O atual estágio do capitalismo traz profundas transformações à forma de apreender a cultura e a produção de conhecimentos, a particularidade dessas mudanças, segundo Jameson (1997), são sentidos a partir da década de 1950 do século passado. É esse o momento de preparação econômica para o capitalismo tardio, bem como, para elaboração dos pressupostos pós-modernistas. Uma das primeiras expressões do pós-modernismo, como processo de negação dos paradigmas modernistas, pode ser percebida, segundo Jameson (1997) e Harvey (2014), na arquitetura, na década de 1950/60, espalhando-se enquanto estilo nas artes e na literatura.

A partir desse momento histórico, observa-se a subsunção da produção de conhecimentos e das apreensões sobre a cultura à lógica da mercadoria, tornando-se também produto que é posto à venda e sugerindo o nascimento de uma “nova cultura”, ou, em termos conceituais, pós-modernista. O pós-modernismo, assim, “[...] é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 1997, p. 14); é o fetichismo da mercadoria elevado às mais altas potências; é a ruptura das possibilidades de crítica ao cotidiano pela arte; e é o estilo de vida, gestado na produção, agora sendo levado e vendido pelo que a *posteriori* fora chamado, em termos conceituais, de indústria cultural<sup>6</sup>.

Atrelado a essas profundas transformações, nota-se o surgimento de novos movimentos sociais, que agora se agrupam, não em torno do reconhecimento enquanto classe social, mas pelo seu pertencimento identitário, sendo uma tendência à fragmentação que estrutura o pensamento pós-moderno. Toda essa movimentação social é acompanhada pelo apelo à elaboração de “novos paradigmas”, a exemplo da obra de Lyotard (2009), que põe em xeque os modelos clássicos de apreensão sobre o real, exigindo, dessa forma, novas elaborações teóricas, além de uma forte crítica as metanarrativas, sobretudo o pensamento marxiano.

---

<sup>6</sup> Adorno e Horkheimer (1985), na obra *Dialética do Esclarecimento*, autores importantes da Escola de Frankfurt, elaboram o conceito de indústria cultural, para tentar apreender as expressões ideológicas que estavam presentes na produção em série de produtos culturais, sendo estes responsáveis pelo prolongamento do trabalho alienado, constituindo, assim, uma cultura mercadológica e a serviço da sociedade capitalista.

O pós-modernismo, como expressão da lógica cultural do capitalismo tardio (JAMESON, 1997), não representa uma “nova cultura”, já que essa própria fase do capitalismo não representa uma nova etapa da sociabilidade do capital, constituindo-se apenas como uma mera questão especulativa, visto que

[...] a resposta empírica é que nenhuma teoria com essas características apareceu até agora – todas replicam, já no próprio título, uma *mimésis* do modo que são parasitárias de outro sistema (no mais das vezes do próprio modernismo) cujo os traços residuais, assim como valores e atitudes inconscientemente [são] reproduzidos (JAMESON, 1997, p. 16).

Os pressupostos pós-modernos partem dos fragmentos desse real que os levam para si mesmos. Não há uma preocupação em desvendá-lo ou de apreender o seu movimento, caótico e aligeirado, numa perspectiva de totalidade e historicidade. O que há é uma necessidade pela busca de provar que o tempo atual é singular e radicalmente diferente de todos os outros. Contudo, essa tentativa carrega consigo uma patologia “[...] distintamente autorreferencial, como se nosso completo esquecimento do passado se exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição” (JAMESON, 1997, p. 16).

Os decretos sobre o fim da ideologia, da arte, das classes sociais, do surgimento de uma “nova cultura”, da “crise do leninismo” e da socialdemocracia, iniciaram-se no final da década de 1950, mas foi na década de 1960 que se projetou “[...] uma certa concepção de uma nova norma cultural sistemática” (JAMESON, 1997, p. 32). Assim, a concepção que estamos traçando sobre o pós-modernismo, não é uma crítica ao estilo (sendo esse opcional, como vários outros estilos, disponíveis no mercado), mas sim enquanto uma dominante cultural, pertencente a uma lógica de um determinado momento sócio-histórico, o capitalismo tardio, que se expressará mais tarde nas Ciências Sociais, enquanto uma “teoria”, um modo de pensar que representa e atende as exigências deste momento histórico-social-político-cultural do capitalismo em crise.

Santos (2013, p. 35), ao analisar as transformações societárias, decorrentes da década de 1970, capta a construção de uma “narrativa” em torno de críticas ao marxismo, mesmo que essas reconheçam essa teoria como “[...] uma das mais brilhantes reflexões da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos genuínos”. Porém, em decorrência do cenário de “transição paradigmática”, ou seja, do modernismo para a pós-modernidade, a crítica também envolveria o marxismo. Dessa forma, o autor pós-moderno deixa claro a posição levantada por Jameson (1997), no que tange a diferença entre o pós-modernismo (sendo este apenas um estilo) e da pós-modernidade, como modo de pensar do atual momento do capitalismo; uma estrutura de pensamento que se opõe à modernidade e, principalmente, ao seu produto mais completo, o marxismo.

Assim, o que é posto à produção de conhecimento é que essa passe a centrar-se em práticas discursivas na hiper-realidade, no neo-misticismo, desmaterializando-se e focando nas expressões culturais e nos “novos sujeitos sociais”, sem preocupação nenhuma com a essência dessas expressões, superdimensionando, portanto, o cotidiano à abstração. As manifestações pioneiras dessas tendências postas à produção de conhecimento são notórias na obra “A Condição Pós-Moderna” de Jean-François Lyotard (2009), na qual se observa o chamamento à efemeridade, à fragmentação e para “[...] uma nova falta de profundidade,

que se vê prolongada tanto na teoria contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro” (JAMESON, 1997, p. 31).

A produção de conhecimentos, que é funcional a esse momento histórico, reforça as tendências postas pelo cenário de acumulação flexível que necessita, sobretudo, de conhecimentos também flexíveis, superficiais e que não desvelem as contradições próprias do capitalismo, na construção desse novo bloco histórico neoliberal. Mas, de uma teoria social superficial e niilista, sendo funcional à positividade capitalista. Portanto, funcional ao sistema e defendendo, em última instância, o “fim da história”, resguardando essa sociabilidade como “única forma possível”, opondo-se a qualquer perspectiva revolucionária e defendendo apreensões sobre as categorias sociais de forma fragmentada, frágil e desvinculada da materialidade social.

Partimos da apreensão que qualquer que seja o ponto de vista teórico sobre a pós-modernidade e suas repercussões à cultura no atual estágio do capitalismo são, ao mesmo tempo, sobretudo, uma posição político-teórica, sendo essa implícita ou explícita, na produção de conhecimento, mas que busca apreender a natureza do capitalismo multinacional e as configurações em nossos dias. Porém, é flagrante

[...] o que ocorreu [com] a produção estética hoje [é que essa] está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (JAMESON, 1997, p. 30).

O capitalismo tardio trouxe novas mediações para o campo das relações sociais, no que tange à produção e, conseqüentemente, à reprodução social. Suas características marcantes, como é o caso das dificuldades de valorização do capital (por meio da supercapitalização e da superacumulação), que o Estado busca solucionar de todas as maneiras. Mas também é a “[...] suscetibilidade crescente do sistema social e explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p. 340).

A “[...] ‘revolução cultural pós-moderna’”, nada mais é do que a “[...] interrelação do cultural com o econômico, não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 1997, p. 18). Ou seja, a cultura mercantilizada, produto que deve ser consumido e que aparecerá como novas formas de manifestação cultural, mercantis e que se reproduz, também, na produção de conhecimento.

Assim, o atual processo de reestruturação produtiva, corresponde ao projeto do capitalismo que também se expressa na cultura, na ideologia e na produção de conhecimento, apostando, nesta última dimensão, em análises pós-modernas, fragmentadas e superficiais. A chave para apreender esse “caldo cultural pós-moderno” é o processo de acumulação flexível, cerne do projeto neoliberal, que em tempos de agudização da crise, impulsionado pela pandemia, elava-se ao ultraneoliberalismo e para o reforço da destruição da razão.

## 2. Inflexões à direção social crítica do Serviço Social

*“calo-me, espero, decifro. As coisas talvez melhorem.”*  
Carlos Drummond de Andrade



Acreditamos que já esteja consolidado, na produção de conhecimento da área, o entendimento do surgimento do Serviço Social “[...] como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” (NETTO, 2011, p. 17), e que está intrinsecamente vinculado às modificações operadas pelo Estado burguês no trato das expressões da questão social, na passagem do capitalismo concorrencial à sua fase monopolista. Logo, o Serviço Social surge na sociabilidade capitalista para lidar com as mazelas próprias produzidas pela ordem burguesa, como uma resposta conservadora, que deve intervir nessa realidade de forma pragmática, objetivando, assim, ao que fora imposto pelo capital, impossibilitando, no momento da emergência da profissão, a reflexão sobre essa prática profissional.

O Serviço Social surge e reafirma-se enquanto profissão superdimensionando a prática profissional, através da aplicação de conhecimentos práticos à realidade social, sem questionar o porquê desse exercício profissional. Os limites impostos à profissão na sua gênese, a exemplo dos referenciais teóricos- metodológicos nos quais estava vinculada e as próprias requisições do capitalismo na época, não favoreciam a reflexão crítica sobre os fenômenos nos quais o Serviço Social atuava.

Não é possível debitar a emergência, a institucionalização e a legitimação da profissão apenas à sua intrínseca relação com a questão social, mas, sobretudo, com “[...] as peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2011, p. 18).

Para Yamamoto (2013), as formas embrionárias do Serviço Social conquistaram legitimidade graças a sua origem classista e ao seu caráter estritamente missionário. Porém, as peculiaridades da organização monopólica exigiram modificações, expressas na necessidade de capacitação de mão de obra especializada, a fim de atender as novas determinações postas pelo novo estágio do capitalismo. A profissão, assim, deixou de ser uma expressão da distribuição da riqueza das classes dominantes, “[...] para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2013, p. 109). A legitimidade social do Serviço Social que, antes estava embutida em sua posição de classe e em uma “missão de vida”, agora é ampliada e consolidada, direta ou indiretamente, pelas relações de poder com o Estado.

Cabe destacar que, mesmo o Serviço Social não possuindo o status de ciência, tal característica, ao longo da sua história, não lhe retirou a necessidade de pensar, questionar e reelaborar a sua prática profissional à intervenção na realidade social. Ao longo desse processo de reelaboração, não restrito apenas à dimensão da intervenção profissional, o Serviço Social pode amadurecer a sua produção de conhecimento, vinculando-se a uma determinada perspectiva teórica (de base crítica), que parte da totalidade da vida social, podendo contribuir, neste sentido, com outras diversas áreas de conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais, como da grande área das Ciências Humanas. Tais contribuições são reconhecidas, especificamente, em 1984, quando as agências de fomento à pesquisa brasileira – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – reconhecem o Serviço Social enquanto importante área de produção de conhecimento no Brasil (NETTO, 2016).

Portanto, só faz sentido apreender o Serviço Social a partir da sua inserção na

sociedade, buscando captar “[...] o conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” à sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 102). Todavia, a inserção da categoria profissional, nas relações de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, é marcada pela presença das intensas contradições presentes entre o capital e o trabalho que desafiam a profissão para decifrar essas complexas relações sociais, bem como, de posicionar-se nas dimensões que compõem a prática profissional, sendo elas a ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

As contradições presentes entre o capital e o trabalho são marcadas por interesses particulares entre essas classes. É neste jogo de interesses contraditórios, donde a prática profissional do Assistente Social é polarizada, e que supõe, assim, como bem ressalta Iamamoto (2013, p. 103), em duas dimensões também contraditórias, “[...] as determinações históricas da prática profissional; e [a apreensão da] profissão como realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais”. A unidade entre essas dimensões, por serem contraditórias, pode sugerir defasagem, no que tange às condições, efeitos e as representações que legitimam o fazer profissional.

Tais elementos, os quais expressam a trajetória do Serviço Social na história, particularizando a sua gênese e o seu desenvolvimento, comprovam que qualquer apreensão em torno da profissão só adquire instrumentalidade quando se parte da análise histórica. Assim, podemos reafirmar a “[...] fecundidade da análise do Serviço Social à luz do legado marxiano” (GUERRA, 2010, p. 22).

Nesse sentido, o fazer profissional não está desvinculado da produção de conhecimento teórico e nem muito menos, das imposições que são postas no atual contexto do capitalismo. Obviamente, não acreditamos que a prática e a teoria representem a mesma dimensão na totalidade social, mas sim, uma unidade, que carrega consigo contradição, particularidade e singularidade. Portanto, não é possível que exista uma prática profissional que não seja orientada por uma determinada visão de mundo, sustentada, dessa forma, por alguma orientação teórico-metodológica. Porém, a elaboração teórica, pode ser construída através de abstrações e não corresponder à realidade concreta.

Através das conquistas dadas pelo referencial teórico marxiano, que o Serviço Social passa da submissão e da incorporação de referenciais teóricos sem as devidas mediações, ao campo plural de alternativas, de disputas de tendências e vertentes, externando a instauração do pluralismo, que só é possível em um espaço respeitoso e propício ao debate democrático. Para Guerra (2010), a convivência entre essas tendências teóricas e ideopolíticas demonstra um dos maiores feitos da profissão nos anos de 1980/1990 do século passado, fruto do movimento de Renovação Profissional.

Em nossa realidade, a vertente de intenção de ruptura com o lastro conservador, fora responsável para que o Serviço Social brasileiro possa consolidar a sua maturidade intelectual (NETTO, 1996), como também alcançar

[...] o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas (GUERRA, 2010, p. 22).

Porém, o movimento da história carrega consigo contradições, expressas em rupturas e continuidades as quais compõem a realidade. No final da década de 1980 do século passado, a onda neoconservadora, fruto dos elementos que já discutimos no primeiro momento deste capítulo, expressa-se enquanto ofensiva às “[...] tendências de fundar a razão e a constituição dos processos e a sua explicitação, invadindo o Serviço Social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da nossa cultura profissional” (GUERRA, 2010, p. 22), buscando reatualizar uma vertente do *ethos* profissional que nega as conquistas trazidas pela intenção de ruptura.

Segundo Alves (2007), na esfera da gestão da força de trabalho, o toyotismo realizou um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e do fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho, desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas, as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que se refere à racionalidade tecnológica.

O tempo presente, assim, é marcado pela reificação das relações sociais, como produto histórico-social da sociedade burguesa tardia (GUERRA, 2010), expressando-se na automatização dos indivíduos, criando uma ilusão de que o ser social sozinho pode se responsabilizar pela sua reprodução, a qual deve ser comemorada como um privilégio da servidão (ANTUNES, 2018). Portanto, essa fase do capitalismo é marcada pelas contradições da sua crise orgânica, reforçada pelo contexto pandêmico, que constrói mecanismos dos mais sofisticados para o enquadramento da subjetividade da classe trabalhadora aos seus interesses, seja por meio da cultura e das formas de se produzir conhecimento, em sintonia com a sua base material de produção.

O Serviço Social, assim, inserido na história e vivenciando a dramaticidade da perda coletiva da classe trabalhadora, também sofre as inflexões deste contexto, como já mencionado, na reatualização das investidas conservadoras no interior da profissão, por concepções teóricas que buscam negar os ganhos subjetivos e objetivos operados pela apreensão ontológica sobre os Fundamentos do Serviço Social. Tais concepções conservadoras, segundo Guerra (2010, p. 23), negam a “[...] historicidade da profissão, o seu vir a ser e o permanente movimento que tem na sua base a contradição (ou as lutas entre os opostos), enquanto motor do movimento da própria profissão para realização de finalidades postas pelo coletivo profissional”.

O atual contexto pode estar empurrando o Serviço Social à um pretensão reducionismo, funcional ao momento histórico de destruição da razão, ao qual compreende essa especialização do trabalho como uma tecnologia social, sendo, portanto, uma prática de ajuda psicossocial que deve estar à serviço dos interesses das instituições e do capitalismo tardio, a fim de possibilitar o controle da sociedade, seja por meio de uma prática conservadora, seja por uma produção de conhecimento que reforce a miséria da razão (GUERRA, 2010).

Segundo Amaral (2012), o contexto atual é marcado por uma crescente mercantilização do ensino superior, onde a pós-graduação situa-se, vivenciando uma dura ofensiva do pensamento conservador que se expressa em todas as dimensões que compõem a totalidade da vida social. O pensamento conservador, assim, é percebido na afirmação pragmática que se coloca a favor da desconstrução do legado intelectual e político explicitado na década de 1990.

Amaral (2012) ainda destaca que os tempos atuais são responsáveis em externar as inflexões do neoliberalismo para o espaço universitário, que o compreende como sendo um campo estratégico para reflexão, análise e proposição de alternativas, onde a esquerda e a direita disputam direção. Segundo a autora, a tendência que aponta à manutenção tem conquistado mais espaço do que a proposição de eversão.

Segundo Mota (2016), essas inflexões expressam-se à categoria através de duas questões específicas, trabalhadas com muita ênfase pela produção de conhecimento, com expressiva atuação do conjunto ABEPSS/CFESS: as inflexões da conjuntura nacional e mundial sobre a universidade brasileira, que tensiona drasticamente o ensino, a pesquisa e a extensão no Serviço Social, num ambiente de reforma do ensino superior; e a direção social estratégica da profissão, onde o projeto ético-político expressa-se. Neste sentido, no

[...] campo [do] conservadorismo, são evidentes as iniciativas para manter e preservar a ordem, através da formulação de medidas modernizadoras, pragmáticas, neoconservadoras e desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, este espaço abriga a construção do pensamento crítico e da disputa teórica, política e ideológica em relação à concepção de universidade, da sua função social, do papel e dos sentidos do fazer acadêmico, da ciência e da tecnologia, vale dizer, da produção do conhecimento (AMARAL, 2012, p. 231).

A partir de tais reflexões conjunturais, o ambiente acadêmico, como não poderia deixar de ser, também é travejado por disputas políticas, teóricas e éticas. Numa conjuntura de regressão civilizatória, em particular, num momento em que a ciência tem sido julgada e desacreditada, o pensamento conservador (e suas diversas vertentes, transvestidas de apelo moral: pela família e pelos “bons” costumes) tem objetivado uma grande investida ideológica que tende a se expressar na produção de conhecimento, em um contexto como estamos vivenciando.

No tempo presente, estamos vivenciando um intenso ataque ao ensino superior público, em todos os sentidos: a caça às produções críticas (inclusive que já aconteceu em nosso campo temático); os altos índices de exigência na produtividade, que são equiparados à lógica da produção do “núcleo duro” das ciências naturais (tendência essa posta desde 1990, mas intensificada neste cenário); e o risco concreto da mercantilização do ensino superior público, por meio do sucateamento, desvalorização que caminha à privatização.

Portanto, nesse cenário tão temeroso e incerto à educação pública superior e, mais especificamente, à educação pós-graduada, os desafios postos são diversos, os quais destacamos: a preservação da qualidade dessa modalidade de ensino; as condições objetivas de manutenção e de permanência de discentes; as condições de trabalho docente; os altos índices de assédio moral; o adoecimento mental (de discentes e docentes); e o constante descaso das agências de fomento no investimento de pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas, priorizado o “núcleo duro” das ditas ciências naturais.

## **Considerações finais**

*“são fortes as coisas! Mas eu não sou as coisas e me revolto.”  
Carlos Drummond de Andrade*

O tempo presente é marcado pelas contradições de mais um processo de

reestruturação do capitalismo, reafirmando que esses processos estruturam esse modelo econômico, e das respostas que as classes dominantes elaboram com a necessidade de estabelecer renovadas bases materiais e espirituais. Tal estratégia busca, portanto, potencializar, manter e atualizar os pilares de sustentação da dinâmica do capitalismo, a saber: a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a exploração.

Para Gramsci (2015, p. 266) “[...] os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e de sentir a vida: não se pode obter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis no outro”. Nesse sentido, o autor destaca a articulação existente entre a objetividade e a subjetividade, bem como, a necessidade de apreensão entre essas dimensões que compõem a vida social, numa perspectiva de totalidade histórica.

Como já mencionamos, estamos diante de um projeto que se acelera e se agrava com o contexto da pandemia, que busca assegurar a rentabilidade e a produtividade na atual fase de acumulação do capitalismo, por meio de reiteradas novas formas de dominação e de exploração, em um momento de socialização de perdas.

A cultura e a produção de conhecimentos são reorientadas para atender a lógica imposta por esse contexto, onde o capitalismo necessita cada vez mais de conhecimentos técnicos e do incremento da tecnologia, a fim de possibilitar a diminuição dos custos da produção. Todavia, no contexto de reestruturação econômica, a esfera da subjetividade é alterada para dar sustentação, possibilitando a tecnificação do conhecimento e da cultura, que atendam aos interesses de recomposição deste modelo econômico.

Os impactos à direção social do Serviço Social são tendenciais, tendo em vista o atual contexto de precariedade dos postos de trabalho, fruto do processo de ruína do mundo do trabalho, imposto pela saída ultraneoliberal, a fim de possibilitar o resgate do capitalismo em nosso país. Outro ponto, como já fora destacado por Guerra (2010, p. 724) é a formação aligeirada que visa “[...] o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado).” O resultado é a constituição de um profissional que atenda aos interesses do capitalismo e a construção da falsa ideia de que a inserção, mesmo que seja precarizada, em instituições públicas e/ou privadas, seja compreendida como democratização do ensino superior público, o que expressa uma tendência regressiva à direção social da profissão, numa atualização conservadora que nega os ganhos substanciais e materiais da vertente de intenção de ruptura.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-171.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

AMARAL, Ângela. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas Relações com o Serviço Social. In: **Katálisis**, v 15, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2012, p. 230-238.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre a metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** (trad. Álvaro Pina). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREDERICO, Celso. **Ensaio Sobre Marxismo e Cultura.** 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

GUERRA, Yolanda. O potencial da pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social. *In: COLÓQUIO: Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social.* Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). Maceió - AL, 2010. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHhnHGVbMDAyYtLiNzUtOGFjNC00Zjc0LWJlMjMtZmI1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt\\_BR](https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHhnHGVbMDAyYtLiNzUtOGFjNC00Zjc0LWJlMjMtZmI1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt_BR) Acesso em: 19/11/2018

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. (trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques). 5ªed. 4ªv. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** (Trad. de Luiz Mário Gazzaneo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. (trad. Maria Elisa Cevasco; rev. Iná Camargo Costa). 2ªed. São Paulo: Ática, 1997.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo:** estágio superior do capitalismo (ensaio popular). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, György. Velha e Nova Cultura. In: **Revista Kommunismus.** Nº 43, 1920. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm> >. Acesso em: 4 de setembro de 2017.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna.** (trad. Ricardo Corrêa Barbosa). 12ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** (trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de

Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Abril Cultural, 1982. (os economistas).

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. (Trad. Florestan Fernandes). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* (org.: Maria Liduína de Oliveira e Silva). 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista Contemporânea e a sua Influência Teórico-Prática. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.